



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

**EDUCAÇÃO POPULAR E CULTURA INDÍGENA: UMA ANÁLISE SOBRE EDUCAÇÃO
LIBERTADORA E INFLUÊNCIA DO SISTEMA CAPITALISTA NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES
PRESENTES EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS.**

MADALENA ABRAHÃO NEVES¹

RESUMO

Neste trabalho realiza-se uma análise sobre prática de educação popular no processo de formação da cultura indígena e a influência do sistema capitalista sobre o processo de educação escolar. Apresentando a educação popular como ponto de partida para a emancipação dos seres humanos e resistência aos sistemas de opressão.

Palavras-chave: Educação Popular. Sistema capitalista. Cultura Indígena. Educação Escolar.

ABSTRACT

In this work, an analysis is conducted on the practice of popular education in the process of forming indigenous culture and the influence of the capitalist system on the school education process. Popular education is presented as a starting point for human emancipation and resistance to systems of oppression.

Keywords: Popular Education. Capitalism. Indigenous Culture. School Education.

1.INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscou-se realizar uma análise sobre o tema de educação popular de acordo com Paulo Freire, possui como objeto relatos sobre a formação na cultura indígena Yanomami e Guarani *mbya*, a partir do que consta nas obras “A queda do céu” (2015) e “O

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

caminhar sob a luz” (1992). Considera também as influências e deformações do sistema capitalista sob os processos educacionais e modos de vida que divergem deste. Se desenvolvendo e estruturando através de uma pesquisa bibliográfica, que visa compreender o funcionamento de um modo de educação diferente do que está imposto atualmente, explicitar seus objetivos e como este atravessa a vida dos indivíduos, sua cultura e práticas.

Apontando as características do desenvolvimento desta vida e os embates advindos da chegada dos colonizadores no território indígena, junto da implementação das práticas guiadas pelo bárbaro modelo econômico capitalista. Deste modo, discorre sobre as práticas de trabalho abstrato que regem as relações sociais humanas no mundo centrado no trabalho e mercadoria, e como estas influenciam e deformam diversas esferas da sociedade. Com foco em realizar uma crítica sobre educação institucional padronizada presente no território indígena, que se apresenta como ferramenta utilizada pelo sistema vigente para controlar e implementar as práticas de trabalho alienado, o que por consequência ocasiona uma deformação cultural.

Diante destas análises, reflete-se sobre a urgência de termos como referência outros modos de vida e relações, visto que, há extrema necessidade de modificar a estrutura implementada por este sistema político e econômico. Uma vez que este se embasa em ações desumanizantes, através de dinâmicas e estruturas de dominação onde perpetua a barbárie ao longo de seu desenvolvimento, retirando dos homens e mulheres a sua dignidade e humanidade, enquanto destrói simultaneamente a natureza e todos os elementos que a compõem.

Sendo assim, é necessário pensar sobre outros modos de vida e práticas educacionais, como a educação popular, compreendendo esta como um referencial de práxis emancipatória, voltada para a libertação dos sujeitos das amarras desta estrutura que os limita e domina, e que principalmente seja uma educação voltada a não repetição da barbárie.

1. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Durante o processo de colonização das terras brasileiras, ocorreram deformações em tudo que já habitava este espaço; as pessoas, seus modos de vida, relações sociais e expressões culturais, sendo refletido em seus territórios e práticas. A chegada dos homens brancos às aldeias indígenas se deu através de um movimento de invasão, neste foi implementado um sistema que visa sua própria reprodução e para isto utiliza táticas como a padronização dos seres humanos e

seus hábitos com intuito de os adestrar de forma bárbara, e retirar sua humanidade destinando-a à produção de mercadoria e dinheiro, sendo estes objetos que detêm maior valorização. Isto ocorre por meio do trabalho como forma de produção de mercadoria e obtenção de lucro, sendo esta uma atividade guiada por uma lógica fetichista, que a torna divergente de atividades guiadas por um valor de uso.

O modo de produção centrado no trabalho abstrato é assimilado como obrigação e algo natural dos indivíduos, para implementá-lo o Estado cria diversas ferramentas que possibilitem as ramificações deste modo de vida na sociedade e na sua forma de pensar. A instituição escolar se qualifica como uma destas, por meio da educação institucional. Nas aldeias Indígenas, entretanto, a escola formadora de força de trabalho produz tensão face ao modo de formação humana presente nestes territórios.

Os povos indígenas através de conexões com elementos de seu território e saberes ancestrais constroem coletivamente o saber de seu grupo, aldeia, de acordo com cada etnia. Utilizando os espaços de seu território, os ensinamentos repassados por aqueles que já o habitavam, vivem sua cultura num eterno movimento de exercê-la, aprendendo com a vida e as experiências transmitidas por meio da oralidade.

O modo de educar se configura através da tradicionalidade criada e praticada pelos seus ancestrais (modelos de maior referência e identificação). O sentido das práticas se encontram no reconhecimento destas enquanto algo singular de cada grupo, criada conforme as necessidades encontradas, com foco em sua própria preservação.

A educação indígena ocorre de forma horizontal, utilizando como referência práticas coletivas de uma comunidade educativa em um processo permanente de troca. Aprender neste espaço traz à tona seu histórico, compreendendo que cada espaço e habitantes é único, rico de diferentes vivências e formas de construção. Para os Yanomami, suas práticas são uma forma de honrar e respeitar os ensinamentos ancestrais, que estabilizaram a vida na floresta, para poderem perpetuar sua própria existência. De acordo com relato de Davi Kopenawa (2015), os povos desta etnia são ensinados a viver a partir da floresta e sua relação com o meio, realizando cerimônias de confraternização, sonhando como forma de estudo e conexão com os saberes e povos que habitam o seu território, deste modo estudam sobre os seus ancestrais e preservam sua identidade e território, pois apenas neste podem existir como Yanomami e por meio desta atividade se conectam ao que os une e caracteriza enquanto sujeitos desta etnia.

Quando se trata da etnia Guarani mbya, seu processo de educação ocorre também pela prática de vida, os hábitos são moldados seguindo as tradições de seus antepassados, a sua cultura se estabelece desde o momento da concepção da vida e nas demais fases. A presença em um território pertencente aos seus é indispensável, pois nele há uma conexão e suas práticas são vividas verdadeiramente, observando seus semelhantes aprendem a formação Guarani. Estas ações acontecem de forma coletiva, sendo construídas e praticadas por toda a comunidade de modo a preservar a particularidade de sua existência.

A relação dos povos indígenas com seu território e ancestralidade é de suma importância e fator substancial para configuração e reprodução de sua cultura. A partir de suas próprias características, crenças e hábitos, segundo a especificidade de cada etnia e conhecimento transmitido pelos seus através da terra. Os Yanomami, em sua floresta *Hutukara* transmitem e absorvem todo conhecimento contido nela através de seus hábitos, somente nesse espaço eles podem sonhar com os *xapiri* (animais ancestrais da floresta) e fortalecer suas conexões..

A vivência dos Guarani, e também de outros povos originários, é enfatizada por suas trocas com o meio ambiente e a prática de uma vida de acordo com suas próprias crenças, seguindo as regras criadas pelos seus de acordo com sua cultura. Estar em contato com a sua própria história, atividades exercidas pelo seu povo é permanecer próximo de sua tradição vivendo dela e do dinamismo presente em suas narrativas, que seguem o fluxo da vida. Diante disso, compreende-se que a formação ocorre a partir de um modo próprio de educação, que ocorre exclusivamente em cada território e possui singularidades vinculadas às necessidades culturais de cada etnia, o que difere por completo da educação escolar implementada em sociedades ocidentais.

2. A PRESENÇA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR NO TERRITÓRIO INDÍGENA

Para os homens advindos das grandes metrópoles, a forma de aprendizagem dos povos indígenas é percebida como ociosidade, uma vez que consideram suas atividades improdutivas pois não há inserção no mundo do trabalho ocidental, desconsiderando a importância dada aos objetivos de aquisição das pessoas inseridas em outros modos de vida e de relação. Por este motivo implementaram instituições escolares nas aldeias indígenas, com objetivo de impor seu conhecimento e estimular o modo de trabalho abstrato, buscando se sobrepor ao que é seguido

por cada etnia. Este acontecimento é embasado por um pensamento prepotente onde se acredita que o ato de educar e as sabedorias são restritas aos homens brancos e que seu modelo é o único correto.

Dentro das quatro paredes das escolas, há uma divisão de figuras entre alunos e professores, onde a construção de um saber horizontal é colocada de lado, em prol do fortalecimento de um saber hierarquizado e formalizado, seguindo a um método de depósito e memorização de informações, que são consideradas importantes para ensinar. Havendo uma limitação do que deve ser aprendido e do ambiente em que se aprende, implementando um modelo que diverge do que é considerado movimento de aprendizagem para cada povo indígena. Assim, cria-se uma barreira de acessos às memórias ancestrais, dado que, o enfoque dentro destes ambientes não é a fortificação da cultura local, afastando os indígenas de um processo de aprendizado voltado totalmente à sua cultura e experiências de seus antepassados.

Nas escolas, a floresta e as aldeias são substituídas pelas salas de aula e livros de papel, que seguem um conhecimento guiado pela ciência ocidental, generalizando os saberes e os tornando estáticos, presos a uma padronização repetida pelos professores, que remetem a outra cultura e práticas distintas. Sendo assim, há um conflito entre o estabelecimento de uma educação institucional com a educação tradicional local, onde apenas uma destas é colocada em evidência, em detrimento da que deveria ser referência para os sujeitos indígenas. A limitação a apenas um ambiente de aprendizado, reduz o que será conhecido pelos indígenas, já que o seu território é o ambiente específico para seu aprendizado através de práticas, geradas pelas pessoas dentro deste através de suas experiências.

A sua presença nas escolas tem como consequência uma ausência nas aldeias, onde poderiam estar aprendendo com os mais velhos ao os acompanharem para caça, no trabalho em sua roça ou escutando histórias sobre suas experiências durante conversas em volta da fogueira. A educação indígena busca integrar os seres pertencentes à aldeia às práticas locais, por meio da sensibilidade do sentir. Esse afastamento de contato com a vivência por meio das próprias experiências enfraquece o ato da transmissão de saberes e de identificar sua comunidade como referencial de práticas.

Como poderia haver formação indígena emancipatória em escolas que ignoram seu modo de se formar enquanto ser?! Como poderiam os indígenas aprenderem sobre os diferentes modos de ser, sem o dinamismo da vida nas aldeias, principalmente quando estes ocorrem de forma autoritária? Quando a sua própria cultura é colocada em segundo ou terceiro plano? O uso de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

duas línguas diferentes para transmissão desta educação enfatiza uma das barreiras existentes, visto que, provoca mudanças no entendimento do que está sendo ensinado, já que a substituição do aprendizado pela prática por um método padronizado deforma sua real concepção de seu próprio mundo, de acordo com a sua etnia. Aprender apenas dentro das escolas, a partir do uso de outra língua, outros elementos como referência é reduzir a totalidade de possibilidades de acesso a informações encontradas apenas fora deste ambiente, em seu território.

Dentro das escolas não é possível que os Guarani entendam que sua educação ocorre a partir de sua relação com seu corpo enquanto casa, e o outro enquanto peça fundamental desta rede de conexões, a construção de sua sabedoria depende do estabelecimento desses vínculos. Nas aldeias, as mulheres são protagonistas de sua própria história, há espaços construídos especialmente para elas, onde exercem diálogos com as mais velhas e aprendem a como cuidar de seu corpo, de acordo com suas particularidades, e diferentes momentos da vida. Aprendendo, podem ensinar e se reconhecer no saber de suas ancestrais.

Estes espaços e trocas são de suma importância para que a narrativa das mulheres indígenas seja protegida, uma vez que, com a chegada dos homens brancos houve um silenciamento das mulheres durante a colonização. Assim, o saber sobre o feminino, foi afetado, principalmente porque é compartilhado pela oralidade. Enfatizando mais uma vez a importância do território para construção coletiva deste tipo de prática, principalmente porque dentro deste há respeito sobre isto e uma preservação da singularidade de cada tipo de ensinamento transmitido.

Por este motivo, as instituições escolares presentes nas aldeias devem incorporar os saberes transmitidos e a tradição local, como está posto na Constituição Federal (1988), entretanto, isto não ocorre, pois há uma imposição de um modo de educação diferente do que deveria ser vivido por cada pessoa indígena.

O professor Bessa Freire (2013) comparou as instituições escolares indígenas a embaixadas de outro país, por se caracterizarem de forma antagônica ao que deveriam ser. Não fortalecem a cultura de um povo, tampouco consideram sua etnia, costumes e crenças, sendo assim, funcionam como ferramentas para invasão cultural, imposição de ensinamentos contrários, e silenciamento de uma história condizente a existência de um povo, sendo assim, apaga-os também como donos de si e de seu próprio movimento. Funcionam como se tivessem realmente vindo de outro país, por serem tão discrepantes da realidade do território, estas buscam modificar a perspectiva do que é considerado educação e modos de educar, sendo antagônica às práticas indígenas, deformando seus costumes e hábitos de forma opressora em prol de uma

padronização. Pois, enquanto instituição dominada por homens brancos, há uma garantia “dada” pelo sistema de que estes possuem o direito de dominar de acordo com a ideologia que seguem.

Assim, por meio desse movimento de silenciar o outro, que difere de seu padrão, “os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam.” Como dito pelo professor Ernani Maria Fiori (1967) estes ‘monopólios da palavra’ espalham a sua própria verdade deformando realidades e vivências, sendo assim, deixa de ser um espaço de troca “intercultural” já que apenas uma cultura é validada e ensinada nele.

Dentro das instituições escolares os povos indígenas passam a ser desligados de seu próprio mundo, reprimindo o seu sentir a vida e sua conexão com o coletivo. A não integração da cultura da aldeia local nas escolas, ignorando suas características principais e as práticas consideradas importantes pelo seu povo contribui para o apagamento e esquecimento de tudo que faz parte do modo de ser de seus habitantes, em prol do enaltecimento da vida do homem branco. Empenhando-se em direcionar e reduzir a existência dos povos originários ao mercado de trabalho, para serem dominados por uma “mão invisível”, buscando um lucro muitas vezes inacessível. Para atingir este objetivo, as escolas controlam e dominam a cultura local, limitando sua potência de uma aprendizagem que acontece com o meio.

Deste modo, se torna ainda mais explícito a escola como um projeto de inserção do modelo econômico ocidental em todos os âmbitos e sob a vida de todos os seres, prejudicando seu contato com os saberes da terra acaba por empobrecer as relações ao direcionar a atenção a uma prática de vida limitante e destrutiva para todos os seres do globo. Ao limitar e ignorar a multiplicidade de vida presente nas trocas entre as pessoas, sua infinitude de sentir e experimentar a vida, coloca em segundo plano a importância dos vínculos e conexões entre os seres, seu território, e a busca pelo aprofundamento coletivo de tradições libertárias.

3. EDUCAÇÃO POPULAR E CRÍTICA DA BARBÁRIE.

Como foi visto, a educação institucional tem como objetivo moldar os seres às necessidades do sistema econômico. O que significa que estes passam a ser enquadrados em figuras de opressores e oprimidos, trabalhadores e donos dos meios de produção, cuja existência é limitada ao trabalho abstrato e à produção de mercadoria. Onde tudo dentro desta lógica passa a ser comercializado, inclusive os seres, suas necessidades básicas para sobrevivência, sua mão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

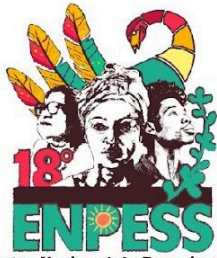
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de obra e os produtos advindos de seu trabalho, que são constantemente transformados em mercadoria. A partir da escola como ferramenta deste sistema, esta lógica passa a ser introjetada no pensamento das pessoas, para que se identifiquem com ela e a figura a qual lhes foi imposta.

A escola e o tipo de educação que aplica, por desconsiderar a humanização, práticas e experiências de vida, pode ser vista como uma ferramenta que transforma os seres humanos em meros trabalhadores, introduzindo-os ao mundo abstrato dos homens e sua mercadoria; lhes desconfigurando como indivíduos que possuem humanidades, sentidos próprios e pensamentos, que moldam a sua própria vida. A escola e sua prática de educação institucionalizada acaba por deformar os seres, os fazendo reprimir sua forma de sentir a vida e de experienciar suas próprias vivências, para que a partir delas molde sua prática. Sendo mais um aparelho repressor utilizado pelo Estado/ordem vigente, insere as pessoas na dinâmica de mercado embalsamado pelo senso de desumanização, onde a organicidade dos seres é constantemente aniquilada para que sejam adequados ao mundo do trabalho e produção de mercadorias, onde esta dinâmica é algo central na vida das pessoas.

A introdução destas instituições repressoras nas aldeias evidencia um processo de colonização da forma de sentir a vida, de se formar ser humano, de sua própria forma de se educar e desejos intrínsecos a sua existência. Entretanto, isto ocorre em todos os espaços dominados por essa estrutura de manipulação, onde é ditado para os seres, de forma autoritária, como deve ser seu modo de vida e de se inserir no mundo. Como deve ser utilizado o seu tempo, trazendo o ócio como algo ruim e que “desvaloriza” a vida humana, alegando que todos os seres devem vender sua alma a esta estrutura que se alimenta com sua humanidade e tem por consequência a morte da pluralidade dos seres, sua cultura e modo de vida. Entretanto não há mudança quando se “aceita” o que está sendo imposto, não se deve conformar com as amarras do capital, pois uma estrutura que ameaça a vida humana deve ser dizimada, sequer considerada como possibilidade. O posicionamento dos povos indígenas e sua recusa ao modo de vida do homem branco devem inspirar os seres a lutar por sua existência e humanidade, compreendendo sua importância e função no mundo. Recusando-se a ser dominado por uma estrutura que controla a vida humana e suas relações.

A educação deve ser uma forma de construção da autonomia dos indivíduos e não uma imposição ideológica, como ocorre no sistema capitalista, o ato de educar não deve ser limitado a figuras ou espaços específicos, uma vez que este ocorre permanentemente durante a vida. É preciso que os seres, enquanto sujeitos de sua própria história, possam aprender através de suas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

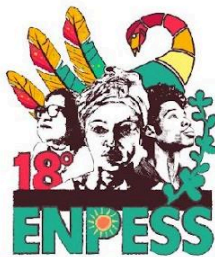
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

experiências de vida, com o seu povo, em seu território e de acordo com sua cultura. Tendo responsabilidade na construção da história da humanidade, de sua própria vida, testemunhando sua reprodução e criação de forma consciente. Para isso é preciso destruir a estrutura que controla os homens, que os limita à sua força de trabalho, que os desumaniza, destinando sua humanidade a um valor de produção. Hierarquizar saberes, acesso à saúde, à postos dentro da pirâmide social, valorizar o dinheiro em detrimento da vida é um ato de violência contra a humanidade, que deve ser cessado e modificado.

Para que isto ocorra, a mudança deve ser estrutural, incluindo as ferramentas que atuam a favor do sistema, como a educação institucionalizada. A forma de educar para inserção neste sistema deve ser desconsiderada, visto que é mais um modo de amarrar os seres às imposições desumanas deste. A educação não deve ser meramente uma reprodução técnica de aprendizados, onde o ser faz o que lhe foi ensinado sem estar consciente de suas ações, esta deve ser reflexiva e profunda, baseada em experiências de cada pessoa para que tenha sentido humanizador. Por meio desta educação, por vias de afeto e vivência, restaurar a reflexão sobre ensinamentos e atrelar a teoria e prática a um modo de vida humanizador.

É preciso quebrar o pacto que desvincula o ato de educar a si a partir de suas próprias experiências e prática de vida em seu território, para retomar o controle de si e sua própria existência aos seres, dando sentido humanizador às suas ações no mundo dos homens. Para, assim como os povos indígenas, praticar a sua verdade e compreender esta através de seus hábitos, encontrar em si o educador e o educando. Como ocorre quando os Yanomami sonham e aprendem sobre sua história, ou quando caçam e plantam em suas roças, atribuindo às suas atividades um valor de uso. Assim como os Guarani aprendem sobre a vida brincando em sua infância, também a partir dos ensinamentos das pessoas mais velhas de sua tribo, assimilando o conhecimento transmitido às suas práticas em seu território. Decidindo a partir de sua vivência qual caminho devem seguir, onde se encontram e dando seu próprio sentido e objetivo às suas atividades.

Para modificar as estruturas dominantes é preciso se atentar também para o modo de educar presente em nossa sociedade ainda hoje, onde se dissemina as correntes do mercado econômico e limita os seres e suas reais potencialidades, por este motivo é necessário considerar outras possibilidades de um mundo dos homens, onde o sentir a vida é incentivado e não invalidado, onde a humanidade e natureza são preservados e considerados de acordo com suas especificidades. Para que as práticas deste modo de vida sejam justas, igualitárias e contribuam



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sempre para a reflexão das pessoas, de acordo com Paulo Freire (1989), a educação popular seria uma forma de transformar este movimento de vida desumanizadora a partir da educação, de modo que a vida seja a própria experiência de autoformação libertária:

“Entendo a educação popular como esforço de mobilização, organização e capacitação das classe populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que esta ai, para que se possa fazer escola de outro jeito. Em primeira “definição” eu a aprendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política” (Paulo Freire, 1989. p. 33)

Esta fala pode ser explicitada e elucidada ao apontar as exemplificações dela no modo de vida do povo indígena, onde todos as pessoas que habitam as aldeias são capacitadas para construir a sua própria existência. Em conjunto aprendem sobre sua vida e nas práticas desta a compreendem, isto ocorre em cerimônias de celebração, a partir de conversas com os mais velhos, ou quando as pessoas aprendem a caçar e plantar para sua subsistência, sempre respeitando os limites da floresta e seus habitantes, ou até mesmo quando exercem a sua espiritualidade. No momento anterior à colonização, não existia o desemprego ou a pobreza nas aldeias, pois lá o trabalho e seu modo de produção não eram colocados acima da importância da existência de cada pessoa. O seu modo de educar ocorre a partir da vida e seus processos, por meio de experiências e hábitos moldados durante a vivência de cada ser, e que se encontram em um eterno processo de construção.

A monetização da vida é um processo desumanizador, que atinge as pessoas em todas as suas dimensões, ao se expandir sob os seres os fazendo servir às demandas do sistema econômico, torna-os dependentes desta; impondo seus processos de superexploração e valorização do “valor de troca”. Por meio destes atos amplia a barbárie de seus movimentos, através de repressões estruturais para que se tornem permanentes, como no caso da dessensibilização dos seres e o seu condicionamento à esta lógica e controle.

É preciso buscar por outras possibilidades de recusar este movimento de alienação e reprodução da barbárie implementada, sem retirar dos sujeitos seu protagonismo, especificidades culturais ou modificar o modo de vida característico de cada grupo. Considerando e priorizando a necessidade de que se constitua através de relações saudáveis entre os seres e o espaço em que se encontram presentes. Sem hierarquizar as formas e vias pelas quais a vida se configura, considerando o tempo dos seres e a sua natureza como orgânico e assim os reintegrando como tal. Por meio de movimentos que prezam pela segurança e salubridade da natureza, considerando esta como os homens e mulheres, o meio ambiente, animais, rios e mares; todos os elementos

que a compõe e a importância de cada um deles para o equilíbrio e existência dos seres sem a repetição da barbárie.

Apesar do sistema econômico, voltado para o trabalho alienado e produção de mercadorias, se “construir” como algo natural e indispensável à vida dos homens, ele não o é. Existem outras possibilidades de modos de vida que não reproduzem a barbárie a partir de suas práticas, assim como, outras percepções e perspectivas de mundo, que vão para além da visão sistemática seguidas pelo homem ocidental, como a cultura indígena citada no desenvolvimento deste trabalho, seus hábitos e práticas que elucidam a existência de modo de vida que não se enquadra a um sistema econômico; a vida na floresta, suas ramificações e diversidade cultural pode ser vista como referência de um modelo que se configura de forma antagônica ao sistema econômico presente nas relações da sociedade hoje em dia. A forma a qual é feita sua composição possui o foco na organicidade dos seres, suas práticas e o meio como uma extensão da vida de cada elemento

4.CONCLUSÃO

Hodiernamente, são visíveis as manifestações e expansões do sistema Capitalista a partir de seus processos, em que implementa seu modo de vida e práticas destrutivas sobre a sociedade, de modo a desenvolver e reproduzir ainda mais a sua dinâmica. Estas ações dominam os espaços, as pessoas e suas relações no mundo, dado que, esta ordem busca implementar seu sistema em todos os meios, para que estes sejam padronizados e sirvam à sua dinâmica conforme a sua lógica de configuração e funcionamento. Sendo assim, espaços e produções culturais que se divergem desta são dominados e deformados para que se enquadrem nos processos econômicos e funcionem de acordo com este.

Para os povos indígenas, seu território é como uma entidade sagrada, extensão da vida e de cada habitante, é a partir dele que se mantém vivos e continuam transmitindo os saberes de seus antepassados, dando seguimento a seus hábitos de subsistência, e formação do seres coletivamente, de acordo com suas próprias práticas educacionais. Estas práticas se constituem consoante as características de cada etnia, sendo voltadas para a formação do ser em processos individuais e coletivos, onde, através de seu território e experiências aprendem sobre a vida



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

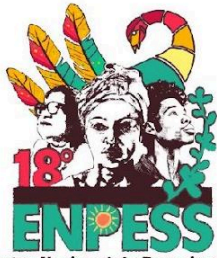
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

com/na floresta. As atividades executadas possuem como enfoque a formação dos seres, sempre em conexão com a natureza, voltando sua valorização para a vida através de uma práxis concreta e humanizadora, que capacita os seres para narrarem suas próprias jornadas, se posicionarem diante delas de acordo com seus próprios movimentos de reflexão.

O sistema econômico dita a lógica da fetichização da mercadoria e sua produção como um novo modo de vida, de relações sociais e práticas que devem ser seguidas pelos seres. As atividades são direcionadas ao trabalho como forma de produzir e acumular mercadorias, sendo guiadas por uma lógica alienadora onde as demandas do sistema são colocadas como centrais na vida dos seres. Assim, estes passam a ser reduzidos a pessoas que devem alimentar esta lógica; através de seu trabalho produzem mercadorias que possuem valor de troca, não mais produções que obtenham valor de uso conforme as necessidades dos indivíduos. Deste modo, as correntes e dominação deste sistema se expandem, fazendo com que por meio de uma naturalização de hábitos os indivíduos passem a servi-lo junto de sua lógica abstrata. Onde a valorização é destinada à mercadoria e sua produção, colocando em segundo plano os seres e suas reais necessidades.

Uma educação sedimentada em um sistema necrófilo, que o reproduz através de suas repressões, possui como consequência a barbárie, principalmente porque os homens passam a se educar através desta instituição, de forma alienada buscando servir às demandas sistemáticas. Ao incorporar sua estrutura de hierarquização, deixam em último patamar os indivíduos, sua vida e humanidade, dando continuidade a um processo de reprodução alienada que massacra a organicidade da existência. Assim, os homens se separam de suas experiências, consciência e humanidade, perdendo a habilidade de sentir a vida através de seus corpos. Repetem suas práticas nocivas sem questionar o absurdo contido nelas, o que tem como consequência a destruição dos seres, sua saúde e do mundo, da natureza e da humanidade necessária às relações.

Visto isto, se torna necessário e urgente repensar modos de vida e formações educacionais, que não tenham como maior ideal de valorização um sistema econômico em detrimento da vida dos seres. Em que as práticas não são alienadas, e sejam voltadas para a emancipação dos seres, como na educação popular; onde se aprende a partir de suas experiências e posicionamentos no mundo coletivamente, se recusando a aceitar o abominável e reproduzir atitudes bárbaras que sejam destrutivas aos indivíduos e a natureza. Em um movimento organizado por pessoas que buscam se libertar das amarras dos sistema e que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

compreendem a partir de um “saber corporal” sobre as desigualdades e atrocidades contidas neste.

Em um ato de recusa buscar por outro referencial de práticas e de modos de vida, pois há uma compreensão das falhas contidas no sistema vigente. A destruição causada por estes aos homens, mulheres e os territórios que ocupam, assim como suas produções culturais. É preciso que a práxis seja emancipatória, voltada para a concretude de uma prática sedimentada nas necessidades do ser humano e natureza, compreendendo a importância do equilíbrio desta rede de energia para a existência e saúde do mundo. Onde os atos de reflexão sejam permanentes e voltados para uma formação crítica coletiva de todos os sujeitos, e libertação de opressões e dominações aniquiladoras. Destinando a valorização à vida e integrando a natureza como todo e essencial à existência.

4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENITES, Sandra. **Viver na língua Guarani Nhandewa** (Mulher falando). Orientador: Professora Dr^a. Bruna Franchetto. 2018. Dissertação (Pós-Graduação) - Programa de Pós graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, [S. l.], 2018.

BENITES, Sandra; RETE, Ara. **Nhe’ẽ, reko porã rã: nhemboea oexakarẽ Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola**. Orientador: : Profa. Dra. Clarissa Rocha de Melo. 2015. Trabalho de conclusão de curso



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(Graduação) - Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BESSA FREIRE, José Ribamar. I Congresso Internacional América Latina e Interculturalidade. UNILA. Foz do Iguaçu (Para a). **ESCOLA BILINGUE: UMA EMBAIXADA EM TERRITÓRIO INDIGENA?** 2013. (Congresso).

BRASIL. Constituição Federal (1988). <http://www.legislacao.planalto.br> Acesso em 29 de abril de 2022

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 72. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. ISBN 978-85-7753-447-0.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria prática em educação popular**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

INES LADEIRA, Maria. **O caminhar sob a luz: Território Mbya à beira do oceano**. São Paulo: Editora Unesp, 2007

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

NEVES, Madalena Abrahão. **Educação Popular e Cultura Indígena**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Serviço Social). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://cursos.ufrrj.br/grad/servicosocial/2022-em-diante/>>



Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social